

A DECLARAÇÃO NOSTRA AETATE: O RESPEITO DA IGREJA PELOS VALORES RELIGIOSOS¹

Mons. Michael L. Fitzgerald²

RESUMO

Nostra Aetate, a Declaração sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não-Cristãs, foi solenemente votada e aprovada pelos Bispos do Concílio Vaticano II, em 28 de Outubro de 1965. Este resultado foi talvez uma surpresa. Depois do Beato João XXIII ter convocado o Concílio, foi mandado

¹ Palestra proferida pelo Mons. Michael Louis Fitzgerald aos alunos da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, nas Unidades Ipiranga e S'antana, no dia 9 de agosto de 2006.

² Michael Louis Fitzgerald nasceu em Walsall, UK, em 1937. Foi ordenado sacerdote como membro da Sociedade dos Missionários da África (Padres Brancos) e, em 1961, obteve seu doutorado em teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana (1965) e o bacharelato em árabe na Escola de Estudos Orientais e Africanos, Universidade de Londres (1968). Depois de ensinar na Universidade de Makerere, Kampala, Uganda e no Pontifício Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos, em Roma, esteve no Sudão, durante dois anos, para um trabalho pastoral. Após um período no Conselho Geral dos Missionários da África, 1980-1986, foi nomeado, em 1987, secretário do Secretariado para os Não-Cristãos, atualmente, Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Em 1991, Pe. Fitzgerald foi nomeado bispo titular de Nepte e ordenado pelo Papa João Paulo II no dia 6 de janeiro de 1992. No dia 1 de Outubro de 2002 foi nomeado Presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e elevado à dignidade de arcebispo. É autor (com R. Caspar) de *Sinais de Diálogo. Encontro Cristão com Muçulmanos* (1992), *Deus sonha com unidade. Os católicos e as religiões: as lições do diálogo. Entrevistas com Annie Laurent* (2005), e muitos artigos em *Concilium, Islamochristiana, Pro Dialogo, Spiritus*, etc.

um questionário preparatório às Igrejas locais, mas poucos bispos mencionaram em suas respostas o tema das outras religiões, e nenhum esquema provisório foi preparado sobre este assunto.

Palavras-Chave: Relações, Igreja, Religiões Não-Cristãs.

ABSTRACT

Nostra Aetate, the Declaration on the Relations of the Church to Non Christian Religions, was solemnly voted and approved by the Fathers of Second Vatican Concil on 28 October 1965. It was perhaps a surprise result. After Blessed John XXIII convoked the Concil, a preliminary questionnaire was sent out to the Local Churches, but very few bishops mentioned the topic of other religions in their responses, and no draft schema was prepared on this topic.

Key Words: Relations, Church, Religions Non Christian.

INTRODUÇÃO

*Nostra Aetate, a Declaração sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não-Cristãs, foi solenemente votada e aprovada pelos Bispos do Concílio Vaticano II, em 28 de Outubro de 1965. Este resultado foi talvez uma surpresa. Depois do Beato João XXIII ter convocado o Concílio, foi mandado um questionário preparatório às Igrejas locais, mas poucos bispos mencionaram em suas respostas o tema das outras religiões, e nenhum esquema provisório foi preparado sobre este assunto. Foi realmente por acidente que ele apareceu na agenda. O rabino Jules Isaac, francês, sugeriu ao Papa João XXIII que já era tempo para a Igreja fazer uma declaração oficial combatendo o "ensinamento do desprezo" em relação aos Judeus. A sugestão foi aceita e o Cardeal Agostino Bea, Presidente do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, foi encarregado de preparar um texto que seria submetido ao Concílio. Esta iniciativa suscitou oposição, especialmente entre os bispos do Médio Oriente, enquanto os bispos da África e da Ásia apresentaram sugestões que levaram a ampliar o texto a fim de conter a atitude da Igreja, não só para com os judeus, mas para com os seguidores de todas as religiões. Assim nasceu a *Nostra Aetate*, um dom do Espírito Santo à Igreja.*

É interessante reler este documento, após 40 anos, e verificar que não perdeu nada da sua atualidade. Nesta palestra, proponho-me salientar como o

documento foi capaz de inspirar os membros da Igreja Católica em diferentes níveis para promover relações de respeito e diálogo com pessoas de outras religiões. Ele continua sendo um sólido ponto de referência para estas relações.

1. A UNIDADE FUNDAMENTAL DA HUMANIDADE

A “*Nostra Aetate*” é um documento realista. Leva em consideração, quer o fato do pluralismo religioso, quer o desejo de unidade nestes nossos tempos “em que o gênero humano se torna cada vez mais unido”. O pluralismo religioso não é um fenômeno novo. Pode-se dizer que sempre existiu. Basta ler as Escrituras, sobretudo o Antigo Testamento, para verificar quanto os Judeus estavam em contato com pessoas de outras religiões. Mas o documento tem razão quando reconhece que, no mundo de hoje, se tem mais consciência deste pluralismo. É resultado da mobilidade da população e também de uma maior facilidade nas comunicações. A presença de minorias religiosas suscitou novas questões relativas à liberdade religiosa e às exigências legítimas de comunidades de várias religiões. O Concílio examinou estas questões na *Dignitatis Humanae*, a Declaração sobre a liberdade religiosa. Menciono este fato para recordar que a *Nostra Aetate* não deve ser considerada isoladamente, mas deve ser lida, relacionando-a com os outros documentos do Vaticano II.

Poder-se-ia dizer que o primeiro valor que a *Nostra Aetate* sublinha é o da unidade. A introdução do documento reflete sobre o que os homens têm em comum. Faz-se referência ao Novo Testamento para mostrar que toda a humanidade vem de uma mesma origem e que o desígnio salvífico de Deus abraça a todos. Esta verdade tem sido um aspecto constante da doutrina oficial da Igreja Católica, a partir do Concílio do Vaticano. Para dar um exemplo: na sua reflexão, sobre o Dia de Oração pela Paz, celebrado em Assis, em 27 de Outubro de 1986, o Papa João Paulo II referiu-se à origem comum e ao comum destino da humanidade. Ele disse:

“Existe um só plano divino para cada ser humano que vem a este mundo (Cf. Jo 1,9), um único princípio e fim, sejam quais forem a cor da sua pele, o contexto histórico e geográfico em que vive e age, a cultura onde cresceu e se expressa. As diferenças são um elemento menos importante quando confrontadas com a unidade, que é radical, fundamental e determinante.” (Discurso à

Cúria Romana, 22.12.1986, n.3)

Não se pode negar as diferenças. Algumas delas refletem o gênio dos diferentes povos, mas há também riquezas espirituais encrustadas em diferentes tradições, riquezas que podem ser atribuídas à ação do Espírito Santo. Existem, todavia, diferenças que provêm dos limites humanos, causadas pela tendência ao pecado, pois temos de admitir que a humanidade não é perfeita. Contudo, a unidade fundamental é considerada mais importante do que as diferenças. Pode-se dizer que esta unidade básica deriva da verdadeira natureza da pessoa humana. Como afirma o *Catecismo da Igreja Católica*:

“O desejo de Deus está inscrito no coração do homem, já que o homem é criado por Deus e para Deus; e Deus não cessa de atrair o homem a Si... Ao longo da história até aos dias de hoje, os homens, nas suas crenças e comportamentos religiosos, têm expressado a sua busca de Deus de muitas maneiras: nas orações, sacrifícios, rituais, meditações etc. Apesar das ambigüidades que, frequentemente, elas representam, estas formas de expressão são tão universais que o homem pode ser chamado um *ser religioso*”. (CIC, 27-28)

A Declaração *Nostra Aetate* enumera as questões fundamentais que inquietam o ser humano: o sentido da vida, o sofrimento e a morte, a felicidade autêntica. Reconhece que as pessoas se dirigem às religiões para encontrar respostas para os “enigmas da existência humana”. Esta capacidade de dar sentido é vista como um dos valores das religiões em geral.

Estas questões fundamentais continuam sendo formuladas. O progresso científico não as eliminou, mas talvez as tenha tornado mais aguçadas.. As possibilidades abertas pela engenharia biológica têm de ser avaliadas, à luz da compreensão da dignidade da pessoa humana. Os efeitos da industrialização sobre o ambiente suscitam a questão do lugar da pessoa humana no universo criado. Os homens dirigem-se, ainda, às religiões em busca de resposta? Talvez, na nossa época, existam alguns que não confiam nas religiões estabelecidas e querem criar uma religião, ou religiões, que lhes pareçam mais adequadas. A mentalidade pós-moderna, com a sua desconfiança nas sínteses prontas, conduz à atitude eclética e sincretista da *New Age* (o *Movimento da Nova Era*), que leva as pessoas a inspirar-se, ao mesmo tempo, em muitas religiões. Isto não anula, todavia, o aspecto positivo da religiosidade.

Poderíamos dizer que existe um aspecto ulterior desta unidade, algo que se poderia denominar a dimensão mística. A Constituição *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo moderno, declara que, pela encarnação, o Filho de Deus se uniu a cada ser humano (cf. GS 22). Esta conseqüência da encarnação eleva a dignidade da pessoa humana, seja qual for a própria nação ou religião. Esta reflexão teológica, que foi central nos ensinamentos de João Paulo II, desde a sua primeira encíclica *Redemptor hominis*, não se encontra na *Nostra Aetate*, que é primariamente um documento pastoral. Mais uma vez devemos recordar que este documento deve ser lido relacionado com os outros documentos do Concílio, *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes*, *Ad Gentes* etc, que oferecem fundamentos teológicos para a sua perspectiva prática.

A *Nostra Aetate* considera a unidade como um dado de fato, mas esta é também alguma coisa para a qual a humanidade está caminhando. Poderíamos então perguntar-nos: que espécie de unidade está a ser apresentada como objetivo para o futuro? Quando se procura responder a esta questão, convém distinguir o diálogo inter-religioso do diálogo ecumênico, reservando o segundo termo para as relações entre os Cristãos. A prática ecumênica procura chegar a uma unidade de fé que possa ser base para a comunhão, respeitando, ao mesmo tempo, a diversidade de tradições e de ritos. Tal unidade não se pode alcançar entre as diferentes religiões porque, apesar dos pontos em comum, permanecem diferenças essenciais de doutrina. Na verdade, os movimentos que tentaram fundir todas as religiões numa só acabaram por constituir uma nova religião. Parece, portanto, que o pluralismo religioso permanecerá uma característica permanente deste mundo, até quando as diferenças forem reassumidas no fim dos tempos, quando Deus for tudo em todos (cf. 1 Cor 15,28).

2. DIÁLOGO COM AS DIFERENTES RELIGIÕES

A *Nostra Aetate* começa a segunda seção referindo-se a pessoas que mostram “uma certa percepção de uma força oculta presente no curso das coisas e acontecimentos humanos”. A expressão religiosa a que isto dá origem poderia ser classificada como Religião Tradicional³. Esta é vista numa luz positiva, incluindo, muitas vezes, fé num ser supremo, reconhecido, às vezes, como Pai. Chama-se atenção para o “profundo sentido religioso” a que tais crenças dão origem. Esta atitude positiva levou o Secretariado para os Não-

Cristãos a publicar, já em 1969, um pequeno livro intitulado *Ao encontro das Religiões Africanas*.

Poderíamos perguntar por que motivo deve ser dada atenção a estas tradições religiosas, quando sempre se pensou que eram destinadas a desaparecer com a difusão da modernidade e, posteriormente, da globalização. Mas, na realidade, estas religiões não estão desaparecendo, mas influenciando ainda a vida de muita gente. Mesmo os que abraçaram religiões mundiais, como o Cristianismo ou o Islã, voltam, muitas vezes, às práticas ancestrais, em tempos de tensão e stress. Alguns voltaram às religiões tradicionais, rejeitando o Cristianismo como uma imposição colonial. Outros mantêm as práticas antigas, na medida em que forem compatíveis com o Evangelho.

O diálogo interior, dentro daqueles que desejam ser ao mesmo tempo cristãos autênticos e verdadeiros membros da própria antiga cultura, foi encorajado por João Paulo II, nos seus encontros com Americanos Nativos em Santa Ana de Beaupré, no Canadá, em 1986, e em Phoenix, Arizona, em 1987, tal como durante o seu encontro com Australianos aborígenes, em Alice Springs. A mesma mensagem foi dada pelo Pontífice aos Ameríndios e aos Afro-Americanos, em Santo Domingo, em 1992. O Cardeal Arinze, que provém de um ambiente de Religião tradicional, quando era Presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, escreveu duas cartas sobre a atenção pastoral às Religiões tradicionais: uma dirigida à Igreja na África, em 1988, e outra para a Ásia, América e Oceania, em 1993. O Conselho continua dando atenção a estas religiões, como testemunha o recente simpósio, em Janeiro de 2005, sobre os recursos das Religiões Tradicionais para a paz.

A primeira tradição religiosa mencionada por nome na *Nostra Aetate* é o Hinduísmo. Com termos cuidadosamente escolhidos, são apresentados os diferentes *marga* (caminhos) que os Hindus chamam *sanatana dharma* (uma

³ Um documento do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso dá a seguinte definição: "Por religiões tradicionais entendemos as religiões que, diversamente das religiões mundiais que se difundiram em muitos países e culturas, permaneceram no próprio ambiente sócio-cultural. A palavra 'tradicional' não se refere a algo de estático ou de imutável, mas exprime uma matriz localizada... Enquanto que, na África, estas religiões são chamadas geralmente "religiões tradicionais africanas", na Ásia são chamadas 'religiões tribais' e 'religiões populares'; na América, "religiões nativas" e 'religiões afro-americanas'; e na Oceania 'religiões indígenas'. (*Atenção pastoral às religiões tradicionais na Ásia, América e Oceania, 1993, n.1*).

antiga regra de vida). Faz-se menção da exploração do mistério divino por meio do mito e da filosofia, da busca da *moksha* (libertação definitiva), por meio de práticas ascéticas, meditação e devoção (*bhakti*). As diferentes vias são enumeradas sem qualquer tentativa de avaliação.

O Budismo é abordado de modo semelhante. O fato de tratar especificamente o Budismo pode ter surpreendido alguém, porque, muitas vezes, é considerado mais uma filosofia que uma religião. O documento chama-o “um caminho” de vida. Quando é examinado, nas suas manifestações, pode-se ver o quanto lhe falta uma teologia – os budistas não falam em geral de Deus – o Budismo age como uma religião e, por isso, pode-se compreender que o Concílio o tenha tratado neste contexto. A *Nostra Aetate* descreve, brevemente, como esta tradição propõe superar “a radical insuficiência deste mundo mutável”. Fala de alcançar a “libertação perfeita” e de obter a “suprema iluminação”, mediante o esforço pessoal ou com a ajuda divina. Segue-se uma referência implícita às diferentes escolas de Budismo: Theravada (segundo o ensinamento dos Antigos), com a sua insistência na observância de preceitos; Mahayana (Budismo do Grande Veículo) e Vajrayana (Budismo Tibetano) que admite uma ajuda sobrenatural. Talvez, se pudesse ter feito referência à vida monástica, característica essencial do Budismo, que tem sido uma frutuosa base de diálogo com monges católicos.

Outro aspecto do Budismo a que se poderia ter dado mais importância é o seu caráter missionário. Passou da Índia ao Sri Lanka e à Indochina, na forma Theravada; da China ao Japão e à Coreia, como escola Mahayana; e ao Tibete, onde tornou-se Budismo Vajrayana. Em cada etapa houve uma inculturação, processo que tem continuado ainda com a difusão no mundo ocidental. É verdade, que hoje muitos ocidentais são atraídos pelo Budismo que se manifesta como escola de meditação, vista, talvez, como antídoto necessário à agitação da vida moderna.

Depois das duas frases sobre o budismo, a *Nostra Aetate* fala de “outras religiões”, sem mencionar os seus nomes, que visam a pacificar o coração humano por caminhos que incluem doutrinas, normas de vida e ritos sagrados. Depois da publicação da *Nostra Aetate*, algumas religiões começaram a participar de atividades inter-religiosas e merecem, por isso, especial referência. Poderíamos mencionar a religião Baha’i, o Xintoísmo (forma de religião tradicional que se tornou oficial no Japão), o Sikhismo, Tenrikyo (religião japonesa fundada na segunda parte do século XIX) e o Zoroastrismo.

Depois desta parte descritiva, o documento faz, no fim da segunda seção, uma importante afirmação: "A Igreja Católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e de santo". Ambos os termos merecem atenção. Há elementos de verdade nas diferentes tradições religiosas. O Concílio vê tais elementos como reflexos da verdade que foi plenamente revelada no Filho de Deus feito homem, pois Jesus Cristo apresentou-se como "o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo. 14,6). São "sementes do Verbo" que se encontram escondidas nas várias tradições religiosas (cf. *Ad Gentes* 11), parte daquela comunicação divina que alcança o cume na Encarnação. Todavia, a plenitude de revelação recebida em Jesus Cristo não deve suscitar nos Cristãos um sentido de superioridade. Como indivíduos nada lhes assegura que entenderam plenamente tal verdade. O diálogo pode ser considerado o progresso comum para a verdade que, na sua totalidade, supera a compreensão humana. É possível, portanto, reconhecer com alegria as verdades parciais contidas nas diferentes tradições religiosas.

O segundo termo usado, "santo", merece também ser sublinhado. Deve, certamente, significar que estas religiões contêm elementos de graça que permitem que os seus adeptos alcancem a salvação. O papel exato das religiões na salvação não é especificado na *Nostra Aetate*, mas a autoridade doutrinal da Igreja Católica declarou, claramente, no documento *Dominus Jesus*, que as religiões não são reconhecidas como vias alternativas de salvação. Existe uma só salvação, e um só caminho para a salvação, a via do Mistério Pascal, mas o Concílio ensina que o Espírito Santo dá a todos, por vias que Deus conhece, a possibilidade de entrarem neste Mistério Pascal (cf. GS 22). Como isto pode acontecer é algo a investigar, e *Dominus Jesus* encoraja a fazê-lo. Os elementos acima mencionados, as práticas ascéticas, a oração e a meditação, a obediência a preceitos morais, mereceriam ser considerados a esta luz, examinando cada uma das tradições religiosas. É necessária uma atitude equilibrada. As religiões têm também um lado de sombra. É, todavia, legítimo concluir que podem ser consideradas como tendo uma função definida, embora subordinada, para a salvação.

A segunda seção da *Nostra Aetate* encoraja os Católicos a entrar "com prudência e caridade no diálogo e colaboração com os sequazes doutras religiões dando testemunho da vida e fé cristãs". Esta colaboração pode tomar a forma de apreciar os valores. Faz-se referência a "bens espirituais e morais" que devem ser reconhecidos e preservados. Num mundo pluralista, pode haver

um intercâmbio que sirva para enriquecer a cultura comum desse tempo, já que a cultura nunca é estática, mas está sempre em evolução.

Em conclusão, devemos sublinhar que estes dois parágrafos da segunda seção da *Nostra Aetate* são importantes, não só para o que os precede, mas também para as seções seguintes sobre o Islã e a Religião Judaica, que vamos considerar.

3. O DIÁLOGO COM OS MUÇULMANOS

A *Nostra Aetate* declara que a Igreja tem “grande estima” pelos Muçulmanos. Isto denota, certamente, uma completa mudança de atitude, pois, até então, os Muçulmanos eram, em geral, considerados como inimigos. Talvez possamos perguntar-nos se, depois dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, mantém-se ainda essa estima. Sem dúvida que estes acontecimentos despertaram um sentimento de medo em relação ao Islã, identificado, freqüentemente com o terrorismo. Este medo intensifica-se, quando se considera o mesmo como uma realidade monolítica. Há uma necessidade real de maior conhecimento do Islã. Há de se notar que um efeito positivo e concomitante do atentado de 11 de Setembro foi um aumento da curiosidade de muitas pessoas que desejam saber mais, acerca desta religião.

O Concílio evidenciou, de modo sintético, os valores que se encontram na religião islâmica. Acerca do seu sistema doutrinal, o primeiro e mais importante fato é que se trata de uma religião monoteísta. De fato a *Lumen Gentium* atribui ao Islã o primeiro lugar entre os monoteísmos não-bíblicos. Declara que, “tal como nós (os Cristãos), eles (os Muçulmanos) adoram o único e misericordioso Deus, juiz da humanidade no último dia” (LG 16). Este Deus, descrito em termos que evocam o Alcorão, como “único, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente”, não é visto como um ser longínquo, mas como aquele que “falou aos homens”. Este fato é positivo, embora o Concílio não dê mais indicações sobre o modo da comunicação divina, e, na verdade, Cristãos e Muçulmanos divergem no modo de compreender a revelação. Faz-se uma referência implícita à profecia, sendo notado que os Muçulmanos “veneram Jesus como um profeta”. Neste contexto, encontramos uma observação negativa na *Nostra Aetate*, que recorda que os Muçulmanos não reconhecem Jesus como Deus. Dificilmente, poderia ser evitada esta observação, pois que a rejeição da Encarnação e, por conseguinte, também da Redenção, por meio da

Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus constitui a diferença fundamental entre as duas religiões.

O Islã não é uma simples série de crenças. É, principalmente, um caminho de vida. Os Muçulmanos usam, muitas vezes, quatro termos para indicar o progresso no caminho de Deus: *shari'a*, o caminho da lei em que a vontade de Deus assume uma forma concreta; *tariqa*, a via mística ou devocional que conduz a uma assimilação mais interior dos valores da lei; *haqiqa*, a interpretação da verdade como sendo de certo modo uma participação na Verdade absoluta; *al-Haqq*, que é um dos Nomes de Deus; *ma'rifa*, a via do conhecimento experiencial de estar perto de Deus. Ao nível da lei, há os pilares do Islã, dos quais a *Nostra Aetate* menciona três: oração, esmola e jejum. Não se mencionam o primeiro e o último dos cinco pilares, provavelmente porque o primeiro, *shahád*, a profissão de fé, inclui o reconhecimento de Muhammad como o "Mensageiro de Deus"; e o quinto, *hajj*, peregrinação a Meca, era vista como muito intimamente ligada à vida de Muhammad. Faz-se também referência a conduzir uma "vida honesta", estimulada pela convicção de que, no Último Dia, todas as ações serão avaliadas pelo Justo Juiz, com recompensa ou punição, segundo os casos.

O valor fundamental do Islã, como indica esta palavra, é sublinhado: "Esforçam-se por se submeterem a Deus – é o que quer dizer a palavra *islã* – sem reserva, aderindo aos ocultos desígnios de Deus". A escolha da palavra "esforçam-se" indica que não se trata de simples fatalismo, como, muitas vezes, se pensa por preconceito, mas de uma atitude autêntica de devoção que merece respeito. Abraão é visto como modelo desta disposição fundamental do ser humano para com Deus, modelo partilhado por Judeus, Cristãos e Muçulmanos, apesar da diferente compreensão do papel que Abraão é chamado por Deus a desempenhar. O mesmo é verdade, em grau menor, no que diz respeito à Maria. A *Nostra Aetate* menciona que a Virgem Mãe de Jesus é honrada e, às vezes, devotamente invocada. Procurar a intercessão de Maria, como de outras pessoas reconhecidas como santas, não é aceito por Muçulmanos mais rigorosos. Todavia ocupa um lugar predominante no Islã popular. Pode ser visto como uma característica fundamental dos seres humanos que, na relação com Deus, sentem a necessidade de ajuda e apoio da parte dos que se consideram estar mais perto dEle.

O parágrafo final desta curta seção ilustra, mais uma vez, a natureza realista do documento. Faz-se referência às "muitas discórdias e ódios" que

surgiram, ao longo dos séculos, entre Cristãos e Muçulmanos. Qualquer pessoa, empenhada em relações com Muçulmanos, é consciente da oposição suscitada pelo uso da palavra “cruzada”. Acontecimentos passados podem, ainda, pesar sobre as relações presentes. O Concílio sugere esquecer o passado. Há, talvez, aqui, um pouco de falta de realismo, porque seria impossível, e mesmo uma falta de sabedoria, fazer abstração da História. O que é preciso é uma purificação da memória, uma releitura comum da História pelas duas partes, com disposição a admitir as injustiças que podem ter sido cometidas. Através deste “sincero esforço”, pode-se chegar a uma “compreensão mútua”. Esta compreensão pode ser base de uma nova relação. João Paulo II tinha viva consciência da necessidade de reconciliação para afastar as tensões e permitir que as pessoas vivam juntas, em harmonia. Numa das suas mensagens para o Dia da Paz, declarou que não pode haver paz sem justiça, nem justiça sem disposição a esquecer. A atitude de perdão, tão difícil e exigente, é, todavia, algo que tem profundas raízes, quer no Cristianismo, quer no Islã. Jesus ensinou os seus discípulos a serem misericordiosos, tal como o Pai do Céu é misericordioso (cf. Lc 6,36). A espiritualidade islâmica convida os Muçulmanos a revestirem os atributos de Deus que, no Alcorão, são frequentemente chamados *al-Rahman* (o Misericordioso), *al-Ghaffûr* (o que tudo perdoa). Tais ensinamentos podem ser considerados parte dos “laços espirituais comuns” que necessitam ser estreitados, como disse João Paulo II ao dirigir-se, em Novembro de 1979, à pequena comunidade católica de Ankara.

O Concílio exorta Cristãos e Muçulmanos a esforçarem-se juntos para conseguir que a justiça social seja realizada na sociedade e para exaltar os valores morais. Devem defender a liberdade e, especialmente, a liberdade religiosa que se baseia na dignidade da pessoa humana (cf. *Dignitatis Humanae*, 2). Tudo isto pode ser visto como um contributo para a promoção da paz. Como os Cristãos constituem cerca de um terço, e os Muçulmanos cerca de um quinto, da população mundial, é óbvio que se estas duas comunidades conseguirem manter relações harmoniosas e pacíficas, isto será de imenso valor para a família humana.

4. DIÁLOGO COM OS JUDEUS

A quarta seção da *Nostra Aetate* é a mais longa. Isto é natural, porque forma o núcleo original deste pequeno documento. A Declaração renovou, radicalmente, a perspectiva da Igreja Católica sobre a religião judaica. É interessante notar que esta seção começa imediatamente com uma referência a Abraão, recordando “os laços espirituais que unem o povo do Novo Testamento à descendência de Abraão”. Usando a expressão “descendência de Abraão”, reconhece-se que os Judeus descendem fisicamente de Abraão. Os Cristãos, considerados “o povo do Novo Testamento”, têm somente “laços espirituais” com eles. A declaração assinala, quer a continuidade, quer a descontinuidade entre as duas religiões.

Quanto à continuidade, é um fato que os primórdios da fé e a eleição da Igreja fazem parte da história do Povo Eleito, “dos patriarcas, de Moisés e dos profetas”. Reconhece-se, portanto, que os Cristãos, “que como homens de fé são filhos de Abraão, são incluídos na vocação dos patriarcas”. A Igreja e a sua missão de salvação são misticamente prefiguradas nesta história, especialmente, no Êxodo. Além disso, a Igreja não pode esquecer que recebeu a Revelação do Antigo Testamento, por meio daquele povo com o qual Deus estabelecera a “Antiga Aliança”. As palavras de Paulo aos Romanos são aqui citadas: “São Israelitas e a eles pertencem a adoção filial e a glória, a aliança e a legislação, o culto e as promessas; são deles os patriarcas e deles nasceu, segundo a carne, Cristo” (Rom. 9,4-5). Afirma-se mais adiante que, segundo o Apóstolo Paulo, “os Judeus, por causa dos patriarcas, continuam a ser muito amados por Deus, cujos dons e vocação não conhecem arrependimento”. A Igreja dos Gentios, das Nações, foi enxertada nesta raiz, o que dá origem a um laço vivo que dura para sempre.

Mas há também descontinuidade. Apesar de Jesus e os seus primeiros discípulos serem Judeus, “a maior parte dos Judeus não aceitou o Evangelho”. Isto deu origem a uma separação que continuará até àquele dia, que a Igreja espera, “em que todos os povos aclamarão Deus com uma só voz”. Entretanto, Judeus e Cristãos são exortados a cultivar relações de compreensão e estima. Recomenda-se aos Cristãos que evitem usar uma linguagem ofensiva. Não se deve falar dos Judeus como reprovados por Deus ou como malditos. É reprovada, fortemente, qualquer forma de perseguição e toda manifestação de anti-semitismo. Convida-se a colaborar em estudos, quer da Bíblia, quer de questões teológicas. Poder-se-ia aplicar às relações judaico-cristãs a exortação já mencionada,

expressa em termos mais gerais, na segunda seção da *Nostra Aetate*: “entrar com prudência e caridade no diálogo e na colaboração com sequazes de outras religiões. Que os Cristãos, ao mesmo tempo em que testemunham a própria fé e modo de vida, reconheçam, preservem e encorajem as verdades espirituais e morais, encontradas nos não-Cristãos e na sua sociedade e cultura”.

É importante que se mencione aqui o dever de dar testemunho. No diálogo, os interlocutores devem permanecer fiéis à própria identidade. Isto é verdade, também, para os Cristãos. Não surpreende, por isso, que o parágrafo final da seção sobre a religião judaica reafirme a convicção de que Cristo morreu para salvar a todos, incluindo os Judeus e, por isso, a Igreja tem o dever de “proclamar a Cruz de Cristo como sinal do amor universal de Deus e como fonte de toda a graça”.

Esta síntese dos ensinamentos da *Nostra Aetate* mostra, a sólida base que o Vaticano II deu às relações judaico-cristãs. Pode ser útil chamar a atenção para o primeiro documento publicado, com a intenção de facilitar a aplicação dos ensinamentos do Concílio: “Orientações para aplicar a *Nostra Aetate*”, n.4 (1974)⁴

Este documento reconhece tanto a dívida do Cristianismo para com a religião judaica como a crescente distância entre os fiéis das duas religiões. Afirma-se que os Cristãos “devem esforçar-se por conhecer as características essenciais com que os Judeus se definem a si mesmos, à luz da própria experiência religiosa”. Está em questão aqui um importante princípio de diálogo inter-religioso. Os crentes devem poder “definir-se a si próprios”. Não devem sofrer por causa de uma perspectiva imposta por outras pessoas que não partilham a sua fé. Aplicado ao Judaísmo, isto significa que este não pode ser

⁴ Este documento foi publicado pela Comissão para as Relações Religiosas com os Judeus (CRRJ), recentemente fundada. Em 1966, tinha sido instituído, no Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, uma seção para as Relações Judaico-Cristãs, que seguiu esta problemática, desde o tempo da preparação do Segundo Concílio do Vaticano. Paulo VI, em 1974, decidiu a instituição do CRRJ como um órgão distinto, embora ligado ao Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Entretanto, em 1970, surgiu, do lado judaico, a Comissão judaica internacional de Consultas Interreligiosas (IJCIC). No mesmo ano, foi concordado um Memorandum de Compreensão entre a IJCIC e vários membros da Cúria Romana para lançar a Comissão Internacional de Ligação Católico-Judaica (ICL).

compreendido só a partir do Antigo Testamento. Não deve ser visto como algo estático, como se tivesse sido congelado nos tempos de Jesus e do nascimento da Igreja. Pelo contrário, deve ser reconhecido como uma religião independente e em desenvolvimento.

O mesmo documento continua salientando alguns setores a que os Católicos devem dar atenção. Encoraja o diálogo, com a intenção de aprofundar o conhecimento mútuo. Neste processo, não deve haver nenhum enfraquecimento da identidade de cada um. Para os cristãos isto significa que Cristo deve ser anunciado, respeitando, todavia, os princípios estabelecidos pela Declaração Conciliar, sobre a Liberdade Religiosa, *Dignitatis Humanae*, que afirma claramente que a verdade deve ser proposta e não imposta. A propósito da liturgia, considera-se importante notar os elementos derivados do culto judaico. Como o Vaticano II encorajou a usar mais os textos do Antigo Testamento, dá-se importância a assegurar a devida compreensão destes textos. Nas traduções, os textos não devem ser alterados, por causa das dificuldades que podem suscitar, mas é preciso ter cuidado em não modificar o sentido dos mesmos na pregação. No campo da educação, acentua-se a necessidade de aceitar o Judaísmo como uma tradição em evolução e uma religião distinta. Avisa-se ainda que não se deve criar falsas oposições entre Judaísmo e Cristianismo, apresentando, por exemplo, a primeira como a religião da Lei e a segunda como a religião do Amor. Encoraja-se a cooperação entre estudiosos e o estabelecimento de uma Cátedra de Estudos Judaicos, nas Universidades Católicas. Faz-se apelo, por fim, à ação social, com iniciativas comuns para a justiça e a paz e o bem da humanidade em todos os níveis. Encoraja verificar que muitas destas sugestões foram postas em prática e que tem havido um melhoramento notável nas relações entre Cristãos e Judeus, embora permaneçam aspectos que exigem ulterior progresso.

Um limite da *Nostra Aetate* é que trata separadamente as diferentes religiões, como se o diálogo se limitasse, sobretudo, a relações bilaterais. Isto não reflete a prática atual. Acerca das relações com os Judeus, seria oportuno acrescentar uma palavra sobre o diálogo trilateral, que reúne Judeus, Cristãos e Muçulmanos. A importância atribuída pela *Nostra Aetate* a Abraão, nas seções sobre a religião islâmica e a judaica, tem sido notada. Apesar das diferenças de compreensão, ver Abraão como uma figura que une Judeus, Cristãos e Muçulmanos é de fato um aspecto de diálogo que se tem desenvolvido, nos últimos 40 anos. Surgiram muitas associações, cujo título inclui o nome de Abraão, das quais a mais antiga é "La Fraternité d'Abraham", na França. Outro

grupo deste país chama-se “Les Enfants d’Abraham”. O “International Council of Christians and Jews” inclui, por vezes, os Muçulmanos nas suas atividades, embora não queira incorporá-los na estrutura. Na Inglaterra, optou-se por criar o “Three Faiths Forum”. É justo reconhecer as boas relações que existem em muitos países entre as três religiões que se referem a Abraão. Mas, devemos admitir que o contínuo conflito entre Israel e a Palestina é um sério obstáculo a um diálogo sereno. É necessária uma boa dose de coragem para se abrir a alguém que é, muitas vezes, considerado como o inimigo, mas temos de reconhecer que existem Judeus, Cristãos e Muçulmanos, mesmo em zonas de conflito, que mostram tal coragem. Merecem certamente todo o apoio que se lhes possa dar.

CONCLUSÃO

A *Nostra Aetate*, partindo da condenação do anti-semitismo na seção anterior, conclui com uma clara condenação de todas as formas de discriminação. Temos, infelizmente, de reconhecer a importância que este ponto mantém ainda hoje. Verifica-se um recrudescimento do anti-semitismo, em vários países da Europa, que toma, às vezes, a forma de ataques a sinagogas e de destruição de túmulos de Judeus. Mas também os Muçulmanos sofreram ataques semelhantes e, em alguns pontos do mundo, as igrejas cristãs foram incendiadas. Onde os chefes religiosos souberam construir o conhecimento e a estima recíprocos, foi-lhes, muitas vezes, possível intervir para reduzir as tensões. Este é, sem dúvida, um serviço que o diálogo inter-religioso pode prestar ao mundo.

A forte oposição contra as discriminações baseia-se no conceito de fraternidade universal. Recordam-se aos Cristãos que se rezam a Deus como Pai devem tratar todos os homens como filhos de Deus. O Papa João Paulo II usou, deliberadamente, o termo “irmãos” ao dirigir-se a Muçulmanos. Falando nas Filipinas, em 1981, disse:

“Dirijo-me deliberadamente a vós como irmãos: é certamente o que somos, enquanto membros da mesma família humana, cujos esforços – quer as pessoas o saibam ou não – tendem para Deus e para a verdade que dEle vem. Mas somos especialmente irmãos em Deus que nos criou e que procuramos alcançar, a nosso modo, por meio da fé, da oração e do culto, por meio da fidelidade

a sua lei e da submissão aos seus desígnios". (*Aos Representantes dos Muçulmanos na Filipinas*, Davao, 26 de Fevereiro de 1981).

Isto pode parecer banal, mas, na primitiva tradição cristã, o termo "irmão" era, muitas vezes, reservado aos Cristãos. Mesmo hoje, em círculos cristãos, há uma tendência a falar de "vizinhos" de outras religiões mais do que de "irmãos". Todavia, a idéia de que pertencemos todos a família humana, idéia com que a *Nostra Aetate* começa e com a qual termina, é um estímulo poderoso para o diálogo inter-religioso. A *Nostra Aetate*, que encoraja os Católicos a se comprometerem com este diálogo, continua sendo uma forte fonte de inspiração e orientação.

Mons. Michael L. Fitzgerald

BIBLIOGRAFIA

BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (orgs.). *Diálogo inter-religioso: 40 anos da declaração Nostra Aetate sobre as relações da igreja com as religiões não-cristãs*, 1965-2005. São Paulo: Paulinas, 2005.